CONFERE COM ORIGINAL

Documento assinado eletronicamente por JANAINA LIMA COELHO MALTA, Mat. null-0 em 04/02/2022 às 11:47:28 e EDNALVA MARIA DE ARAUJO SILVA, Mat. 16863-7 em 04/02/2022 às 11:53:26.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

1.1 Este documento tem o objetivo de reunir os elementos necessários e suficientes à caracterização do objeto a ser contratado, fornecendo subsídios para a montagem do plano de licitação e contratação. Em conformidade com **a Lei 10.520/2002**.

1.2 **A AQUISIÇÃO DE MOBILIAS, EQUIPAMENTOS E INSUMOS PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE MACEIÓ,** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Maceió, em conformidade com **Lei 8.666/93.**

2. JUSTIFICATIVA

2.1 **A AQUISIÇÃO DE MOBILIAS, EQUIPAMENTOS E INSUMOS PARA AS UNIDDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA DE MACEIÓ,** que visa atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Maceió;

2.2 Considerando o caráter estruturante e estratégico das Unidades de Saúde representando o maior grau de descentralização e capilaridade das ações de saúde, tomam-se necessário a aquisição de equipamentos, mobílias e insumos para garantir assistência satisfatória as necessidades dos usuários dos SUS.

2.3 O pedido de aquisição dos itens tem o objetivo da necessidade de equipar as Unidades de Saúde com o intuito de proporcionar um melhor atendimento aos Usuários do Sistema de Saúde (SUS), que se encontram fragilizados devido a falta de condições adequadas para a realização dos procedimentos das Unidades de Saúde que dependem destes itens.

2.4 Descrições com as especificações técnicas, Justificativas e os quantitativos estão no Anexo I e II, deste Termo de Referencia.

3. DO OBJETO

3.1 **A AQUISIÇÃO DE MOBILIAS, EQUIPAMENTOS E INSUMOS PARA AS UNIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA DE MACEIÓ**, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Maceió, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Termo de Referência.

4. MODALIDADE DA LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.1 Por se tratar de contratação de Bens comuns, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520/02, o certame licitatório será realizado na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, do tipo **menor preço por item**, em conformidade com a lei mencionada observada as especificações técnicas definidas no Anexo I deste **Termo de Referência**.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1 Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens e serviços comuns, nos

CONFERE COM ORIGINAL

Documento assinado eletronicamente por JANAINA LIMA COELHO MALTA, Mat. null-0 em 04/02/2022 às 11:47:28 e EDNALVA MARIA DE ARAUJO SILVA, Mat. 16863-7 em 04/02/2022 às 11:53:26.

termos da Lei n° 10.520, de 2002, do Decreto n° 3.555, de 2000, e do Decreto 10.024, de 2019.

6. ESPECIFICAÇÕES DOS BENS

6.1 Os bens objeto de aquisição são os constantes em tabelas no (anexo I) deste Termo de Referência.

7. DAS REGRAS DE SELEÇÃO DO CONTRATO NA LICITAÇÃO E FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO.

7.1.1 O julgamento da licitação será realizado pelo critério do MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as regras de aceitação das propostas fixadas neste termo de referência.

7.1.2 A adjudicação o objeto será realizado segundo o critério de julgamento fixado na alínea anterior, observada a decisão final de julgamento do certame pelo Pregoeiro.

7.2 DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO:

7.2.1 Deverá levar em consideração o valor estimado no mapa de preços.

7.2.2 Os preços unitários finais e totais propostos deverão ser aqueles inferiores ou iguais ao valor estimado, não ultrapassando a margem de preferência estabelecida durante a sessão.

7.3 DO VALOR ESTIMADO E O SIGILO DO ORÇAMENTO.

7.3.1 O custo estimado da contratação deverá constar apenas no Mapa de Preços junto ao processo, que será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

7.3.2 Nos termos do artigo. 15 § 1º do Decreto 10.024/2019, o valor estimado não será divulgado, de acordo com o princípio da economicidade e da competitividade, gerando economia institucional e uso racional e eficaz do recurso público direcionado a esta SMS.

7.4 DO ENVIO DE LANCES.

7.4.1 O Envio de Lances será realizado por meio do modo de disputa ABERTO e Fechado, conforme prevê Art. 14 do Decreto 10.024/2019.

8 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

8.1 Quando da contratação, para fazer face à despesa, será emitida Declaração do Ordenador da Despesa de que a mesma tem adequação orçamentária e financeira com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, acompanhada da Nota de Empenho expedida pelo setor contábil do Órgão interessado.

CONFERE COM ORIGINAL

Documento assinado eletronicamente por JANAINA LIMA COELHO MALTA, Mat. null-0 em 04/02/2022 às 11:47:28 e EDNALVA MARIA DE ARAUJO SILVA, Mat. 16863-7 em 04/02/2022 às 11:53:26.

8.2 As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Saúde de Maceió. Para o exercício de 2021.

9 **SubAção**: 18.001.10.301 0022.239609 – Reordenar a Atenção Primária à Saúde
10 **Elemento de Despesa**: 33.90.30 – Material de Consumo
11 **Fontes de Financiamento:** 0.2.41.001001 – Atenção Básica

8 DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

8.1 A Contratada deverá fornecer os produtos de acordo com a solicitação da Contratante, através de ordens de fornecimento, consubstanciadas em ofícios, que deverão conter data de expedição, quantidade pretendida, local e prazo para entrega, preços unitário e total, carimbo e assinatura do responsável pela requisição.

8.2 O prazo previsto para entrega deverá ser de até **30(trinta) dias**, contados do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento (via e-mail ou correios) ou retirado na sede da Contratante;

8.3 Os produtos deverão ser entregues, em única parcela, acompanhados da documentação fiscal, Os produtos requisitados deverão ser entregues acompanhados da documentação fiscal, com cópia da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento, o **Almoxarifado Central localizado na Rua Maragogi, nº 110, Canaã, CEP: 57.080-110, Maceió-AL,** devendo agendar o horário da entrega, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, através do telefone: **(82)3312-5444**. E posteriormente serão distribuídos nas Unidades de Saúde de acordo com as orientações da Coordenação Geral de Atenção Primária.

8.4 Os produtos deverão atender aos dispositivos da **Lei nº 8.078/90** (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislação pertinentes.

8.5 Os produtos serão objeto de recebimento provisório e definitivo, nos termos do art. 73, II "a" e "b", da lei Federal nº 8.666/1993. Assim sendo **05(cinco)** dias para o prazo provisório e **10 (dez)** dias nos prazos definitivos.

8.6 O ato de recebimento dos produtos não importa em sua aceitação. A critério da Contratante, os produtos fornecidos serão submetidos a verificação. Cabe à Contratada a substituição dos produtos que vierem a ser recusados, no prazo máximo de **05 (cinco)** dias úteis, contados da solicitação.

8.7 A Contratante poderá se recusar a receber os produtos, caso estes estejam em desacordo com a proposta apresentada pela licitante vencedora, fato que será devidamente caracterizado e comunicado à empresa, sem que a esta caiba direito de indenização.

8.8

10 DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

10.1 Atestado ou certidão expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já realizou fornecimento compatível com o objeto deste

CONFERE COM ORIGINAL

Documento assinado eletronicamente por JANAINA LIMA COELHO MALTA, Mat. null-0 em 04/02/2022 às 11:47:28 e EDNALVA MARIA DE ARAUJO SILVA, Mat. 16863-7 em 04/02/2022 às 11:53:26.

Termo de Referência. A comprovação deverá ser feita por meio de apresentação de documentos devidamente assinados, carimbados e recomenda-se papel timbrado da empresa ou Órgão que adquiriu os produtos.

11 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

11.1 Habilitação Jurídica (conforme o caso):

a) EMPRESÁRIO INDIVIDUAL: documento comprobatório da inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis Competente (Junta Comercial);
b) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) - CCMEI - Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
c) EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (EIRELI) – ato constitutivo em vigor, devidamente registrado no órgão competente (Junta Comercial ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso);
d) SOCIEDADE EMPRESÁRIA: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente (Junta Comercial ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso), JUNTAMENTE com o último aditivo, ou somente o ato constitutivo consolidado e aditivo firmados posteriormente à referida consolidação;
e) SOCIEDADE POR AÇÕES: além dos documentos exigidos na alínea "c" deste subitem, apresentar os documentos de eleição de seus administradores;
f) SOCIEDADE SIMPLES: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
g) EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA: decreto de autorização, assim como ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

11.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista;

a) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
b) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal.
c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) quanto aos CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), e quanto à DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), inclusive as CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
d) Certidão Negativa de DÉBITOS TRABALHISTAS (ou Positiva com Efeito de Negativa) perante a Justiça do Trabalho (CNDT) nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.
e) Certidão negativa de débitos (ou Positiva com Efeito de Negativa) com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da licitante

CONFERE COM ORIGINAL

Documento assinado eletronicamente por JANAINA LIMA COELHO MALTA, Mat. null-0 em 04/02/2022 às 11:47:28 e EDNALVA MARIA DE ARAUJO SILVA, Mat. 16863-7 em 04/02/2022 às 11:53:26.

11.3 **Todas as certidões negativas de débitos,** comprovando que a contratada está habilitada a fornecer e prestar serviços da administração pública.

12 DAS OBRIGAÇÕES

12.1 DA CONTRATADA

I. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência;

II. Comunicar, por escrito, a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o seu cumprimento, tão logo seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários à requisitante até 24 (vinte e quatro) horas antes do prazo previsto para a entrega.

III. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais, frete, taxas comerciais, tributos e contribuições que incidirem direta ou indiretamente, e demais ônus referentes ao fornecimento do produto.

IV. Providenciar a imediata substituição das deficiências apontadas pela fiscalização na execução da Contratação.

V. Substituir, às suas expensas, imediatamente, no total, ou em parte, os produtos que vierem a ser recusados, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções (artigo 69, Lei Federal n.º 8.666/93).

VI. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados, quando caracterizada a má fé, o dolo, a negligência, imprudência ou a imperícia profissional, durante a entrega dos produtos.

VII. Manter, durante a execução da contratação, as condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação.

VIII. Ressarcir a Administração Pública do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do objeto contratado, exceto quando isso ocorrer por exigência da Contratante ou ainda por caso fortuito ou força maior.

IX. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar à Contratante ou a terceiros, tendo como agente a Contratada, na pessoa de prepostos ou estranhos.

X. Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza impostas pela Contratante em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição do instrumento contratual ou instrumento equivalente, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte, inclusive os horários de entrega.

12.2 DA CONTRATANTE:

I. Emitir Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento.

II. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, atestar as Notas Fiscais e efetuar o pagamento.

CONFERE COM ORIGINAL

Documento assinado eletronicamente por JANAINA LIMA COELHO MALTA, Mat. null-0 em 04/02/2022 às 11:47:28 e EDNALVA MARIA DE ARAUJO SILVA, Mat. 16863-7 em 04/02/2022 às 11:53:26.

III. Solicitar o fornecimento dos produtos, mediante Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento.

IV. Comunicar, imediatamente, as irregularidades verificadas na execução da contratação.

V. Recusar-se a receber os produtos, caso estes estejam em desacordo com a proposta apresentada pela Contratada, fato que será devidamente caracterizado e comunicado à empresa, sem que a esta caiba direito de indenização.

VI. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares contratuais.

13 DO PAGAMENTO

13.1 O pagamento será efetuado pela Contratante através de depósito bancário em conta corrente fornecida pela contratada, em até **30 (trinta) dias**, contados da apresentação de requerimento, nota fiscal, recibo e certidões necessárias, devidamente analisadas e atestadas pelo servidor designado pela Contratante.

13.2 Conforme a **Lei nº 8.666/93, Art. 5º, §3º** os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o **inciso II do art. 24,** sem prejuízo do que dispõe seu parágrafo único, deverão ser efetuados no prazo de até **5 (cinco) dias úteis,** contados da apresentação da fatura.

13.3 Havendo erro na Fatura/Nota Fiscal/Recibo, ou outra circunstância que desaprove a liquidação, o pagamento será sustado, até que sejam tomadas as medidas saneadoras necessárias.

14 DA CONTRATAÇÃO

14.1 Por se tratar de compra com entrega imediata e integral dos bens, o instrumento de Contrato decorrente da Ata será substituído por **Nota de Empenho de Despesa**, conforme previsão do **Art. 62 da lei 8.666/93.**

14.2 O prazo para o recebimento da Nota de Empenho de Despesa será de no máximo 05 (cinco) dias, contados da convocação para a sua formalização, podendo ser prorrogado uma só vez, por igual período, nas situações previstas no **§ 1º do art. 64 da lei nº. 8.666/93**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no **Art. 81** da mesma lei.

14.3 Decorridos os prazos acima citados e, não tendo a empresa vencedora comparecido ao chamamento, perderá o direito a contratação independentemente de sujeitar-se às penalidades do **art. 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002** e autoriza a Contratante a convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação da ata, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

15 DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

15.1 A contratação será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela **COORDENAÇÃO GERAL DE ATENÇÃO PRIMÁRIA.**

15.2 O gestor da contratação terá, entre outras, as seguintes atribuições:

15.2.1 Expedir ordens de fornecimento;

15.2.2 Proceder ao acompanhamento técnico da entrega;

CONFERE COM ORIGINAL

Documento assinado eletronicamente por JANAINA LIMA COELHO MALTA, Mat. null-0 em 04/02/2022 às 11:47:28 e EDNALVA MARIA DE ARAUJO SILVA, Mat. 16863-7 em 04/02/2022 às 11:53:26.

15.2.3 Comunicar à Contratada o descumprimento do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento;

15.2.4 Solicitar à Administração a aplicação de penalidades por descumprimento de cláusula contratual;

15.2.5 Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;

15.2.6 Atestar as notas fiscais de fornecimento para efeito de pagamentos;

15.2.7 Recusar o objeto que for entregue fora das especificações contidas neste Termo de Referência ou que forem entregues em quantidades divergentes daquelas constantes na ordem de entrega;

15.2.8 solicitar à Contratada e a seu preposto todas as providências necessárias ao bom e fiel cumprimento das obrigações.

16 DAS SANÇÕES

16.1 São sanções passíveis de aplicação às empresas, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente e da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:

16.1.1 Advertência;

16.1.2 Multa diária de 0,3% (três décimos percentuais);

16.1.3 Multa de até 5% (cinco por cento);

16.1.4 Multa de até 10% (dez por cento);

16.1.5 Suspensão temporária, pelo período de até 2 (dois) anos, de participação em licitação e contratação com este órgão com a imediata comunicação;

16.1.6 Impedimento de licitar e contratar com o Município de Maceió pelo prazo de até cinco anos nos termos do art. 10, Anexo II, c/c art. 14, Anexo I, todos do Decreto Municipal 6.417/2004 com o imediato registro no SICAF.

16.2 O fornecedor estará sujeito às sanções do subitem 16.1 nas seguintes hipóteses:

16.3 Multa compensatória de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor total do contrato, na hipótese de recusa injustificada em reparar os defeitos apresentados nos produtos fornecidos ou substituir, as suas expensas, as peças necessárias ao seu regular funcionamento, a ser recolhida no prazo máximo de **15 dias (quinze) dias** consecutivos, uma vez comunicada oficialmente;

16.4 Multa moratória de 0,1% (zero virgula um por cento) ao dia, incidente sobre a parcela inadimplida, na hipótese de atraso no cumprimento dos prazos de entrega, ate o máximo de 10% (dez por cento) recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** consecutivos, uma vez comunicada oficialmente.

16.5 “Infrações de menor gravidade que não acarretem prejuízos ao município: aplicação da sanção prevista no subitem 16.1.1”;

16.6 Em caso de ocorrência de inadimplemento não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.

16.7 Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no subitem 16.2, a empresa ficará isenta das penalidades mencionadas.

CONFERE COM ORIGINAL

Documento assinado eletronicamente por JANAINA LIMA COELHO MALTA, Mat. null-0 em 04/02/2022 às 11:47:28 e EDNALVA MARIA DE ARAUJO SILVA, Mat. 16863-7 em 04/02/2022 às 11:53:26.

16.8 A critério da Contratante, nos termos do art. 87, § 2.º, da Lei Federal n.º 8.666/93, e considerando a gravidade da infração cometida, ocorrendo quaisquer das hipóteses indicadas no subitem 16.2, a sanção prevista no subitem "16.1.5" ou no subitem "16.1.6" do item 16.1 que poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente com quaisquer das multas previstas no subitem "16.1.2" a "16.1.4" do mesmo dispositivo.

16.9 As penalidades fixadas no subitem 16.1 serão aplicadas através de Processo Administrativo a cargo da Contratante, no qual serão assegurados à contratada o contraditório e a ampla defesa.

16.10 As sanções administrativas serão registradas no SICAF.

17 DA GARANTIA

17.1 Todos os produtos fornecidos devem possuir uma garantia/validade do fabricante de, no mínimo, **12(doze) meses**, contados da data do recebimento definitivo.

17.1.1 **Havendo prazo de garantia superior ao mínimo exigido prevalecerá a regra mais favorável a Administração Pública.**

17.2 Durante o período de garantia/validade, os produtos que apresentarem defeitos deverão ser trocados por outro de igual modelo, ou superior, mantendo, no mínimo, as mesmas características dos produtos originalmente fornecidos e todas as despesas inerentes à reposição e transporte, correrão por conta da Contratada, não cabendo qualquer ônus a Contratante, conforme o caso.

17.3 A Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) regerá as demais disposições pertinentes à matéria.

18 DISPOSIÇÕES GERAIS/INFOMAÇÕES COMPLEMENTARES

18.1 O setor técnico competente auxiliará o pregoeiro nos casos de pedidos de esclarecimentos, impugnações a análise de propostas.

18.2 Eventuais pedidos de informações/esclarecimentos deverão ser encaminhados Serviço Gerais, por escrito no endereço: Rua Dias Cabral, 569 - Centro, Maceió - AL, 57020-250 Telefone: (82) 3312-**5467** ou por e-mail: **dapd@sms.maceio.al.gov.br**

Maceió, 04 de fevereiro 2022.

De acordo.

Ednalva Maria de Araújo Silva
Coordenadora da Atenção Primária

CONFERE COM ORIGINAL

Documento assinado eletronicamente por JANAINA LIMA COELHO MALTA, Mat. null-0 em 04/02/2022 às 11:47:28 e EDNALVA MARIA DE ARAUJO SILVA, Mat. 16863-7 em 04/02/2022 às 11:53:26.

ANEXO I

MATERIAIS/EQUIPAMENTOS DE CONSUMO

Item	Descrição	Local	Quantidade
01	**Armário vitrine**, material: aço inoxidável, material porta: vidro espessura 4mm, material prateleiras: 3 prateleiras vidro c, 4mm espessura, tipo fechadura: fechadura tipo yale, altura: 160 cm, largura: 47 cm, profundidade: 40 cm, tipo prateleiras: prateleiras altura regulável, componentes adicionais: chapa aço nº20. **CATMAT: 325334**	UNIDADESDE SAÚDE	80
02	**Armário alto**, material: madeira mdf, tipo: alto, quantidade portas: 04 un, altura: 1,98 m, largura: 0,80 m, profundidade: 0,46 m. **CATMAT: 436410**	UNIDADESDE SAÚDE	100
03	**Armário médio**, material: madeira, quantidade portas: 2 un, material porta: madeira, quantidade prateleiras: 2 un, material prateleiras: madeira, revestimento: laminado melamínico, largura: 1 m, altura: 1100 mm, características adicionais: tipo balcão, profundidade: 500 mm, acabamento superficial: lamina do melamínico texturizado, cor: madeirado,material	UNIDADESDE SAÚDE	100

CONFERE COM ORIGINAL

Documento assinado eletronicamente por JANAINA LIMA COELHO MALTA, Mat. null-0 em 04/02/2022 às 11:47:28 e EDNALVA MARIA DE ARAUJO SILVA, Mat. 16863-7 em 04/02/2022 às 11:53:26.

	estrutura: tubo em aço, material base: madeira, tipo: médio, espessura tampo: 25 mm **CATMAT: 476420**		
04	**Mesa escritório**, material estrutura: tubo metálico, material tampo: aglomerado de alta resistência - mdf, revestimento tampo: post forming, cor tampo: ovo, padrão acabamento estrutura: pintura, quantidade gavetas: 2 un, largura: 0,60 m, altura: 0,74 m, padrão acabamento tampo: post forming, cor estrutura: preta, tipo gavetas: fixa com chave, comprimento: 1,20 m, acabamento estrutura: pintado, espessura tampo: 20 mm **CATMAT: 235816**	UNIDADESDE SAÚDE	160
05	**Longarinas 3 lugares** - Conjunto cadeiras espera, material assento e encosto: polipropileno, material estrutura: metálica, quantidade assentos: 3 un, apoio braço: sem braços, características adicionais: tipo concha, secção quadrada, barra dupla, acabamento superficial longarina: pintura em epóxi, componentes adicionais: com sapatas **CATMAT: 328740**	UNIDADESDE SAÚDE	200
	Cadeira escritório, material estrutura: aço, material revestimento		

CONFERE COM ORIGINAL

Documento assinado eletronicamente por JANAINA LIMA COELHO MALTA, Mat. null-0 em 04/02/2022 às 11:47:28 e EDNALVA MARIA DE ARAUJO SILVA, Mat. 16863-7 em 04/02/2022 às 11:53:26.

06	assento e encosto: tecido, material encosto: espuma poliuretano injetado, material assento: espuma poliuretano injetado, tipo base: giratória com 5 rodízios, tipo encosto: regulável, apoio braço: com braços reguláveis, tipo sistema regulagem vertical: pneumático, quantidade pés: 5 um. **CAT MAT: 469141**	UNIDADESDE SAÚDE	320
07	**Cadeira fixa**, material assento: polipropileno, materialencosto: polipropileno,material estrutura:metálica, acabamentoestrutura: pintado em epóxi, tipo base:fixo, tipo encosto: separado ,ligado por tubo de aço, características adicionais: sem braço, cor: preta, tipopé: com 4 pés em tubo, altura: aproximadamente 79 cm,largura:aproximadamente 53 cm. **CATMAT: 306397**	UNIDADESDE SAÚDE	320
08	**Poltrona reclinável,** componentes: assento, encosto, apoio braços e puff, características adicionais: assento e encosto com percintas elásticas de nylon, acabamento: estofado de espuma revestido em courino, dimensões: larg. 0,72m, alt. 1,00m, prof. 0,66m m, estrutura: madeira pinus,aplicação: Aleitamento materno, modelo: encosto e braço	UNIDADESDE SAÚDE	10

CONFERE COM ORIGINAL

Documento assinado eletronicamente por JANAINA LIMA COELHO MALTA, Mat. null-0 em 04/02/2022 às 11:47:28 e EDNALVA MARIA DE ARAUJO SILVA, Mat. 16863-7 em 04/02/2022 às 11:53:26.

	regulável **CATMAT: 438771**		

ANEXO II

RELATÓRIO DE JUSTIFICATIVA

Item 01 - Armário vitrine: Baseada em 80 equipamentos desaúde, foi calculado **01 itempor equipamento,**considerando a inexistência e/ouquantidade insuficiente dos mesmos nas unidades de saúde.

Item 02 - Armário alto: Baseada em 80 equipamentos desaúde, foicalculado **01 item por equipamento**.Foi estipulado umaquantidade de 20itens mais,considerando as necessidades específicas de cada unidade.

Item 03 - Armário Médio: Baseada em 80 equipamentos desaúde, foi calculado **01 item por equipamento**. Foi estipulado uma quantidade de 20 itens mais, considerando as necessidades específicas de cada unidade.
Item 04 – Mesa para Escritório: Baseada em 80 equipamentos desaúde, foi calculado **01 itempor equipamento**. Foi estipulado uma quantidade de 20 itens a mais, considerando as necessidades específicas de cada unidade

Item 05 – Longarina três lugares: Baseada em 80 equipamentos de saúde, foi calculado uma média de **02 itens por equipamento**, considerando a inexistência e/ou quantidade insuficiente dos mesmos nas unidades de saúde. Foi definido um quantitativo de 40 longarinasconsiderando as necessidades específicas de cada unidade.

Item 06 – Cadeira de Escritório: Baseada em 80 equipamentos desaúde, foi calculado uma média de **04 itens por equipamento**, considerando a inexistência e/ou quantidade insuficiente dos mesmos nasunidades de saúde. Foi definido um quantitativo de 40 longarinasconsiderando as necessidades específicas decada unidade.

Item 07 – Cadeira Fixa: Baseada em 80 equipamentos desaúde, foi calculado uma média de **04 itenspor equipamento**, considerando a inexistênciae/ou quantidade insuficiente dos mesmos nas unidades de saúde. Foi definido um quantitativo de 40 longarinas considerandoasnecessidades específicas de cada unidade.

Item 08 – **Poltrona Reclinável:** Baseada na implantação de 05 postos de coleta de leite

CONFERE COM ORIGINAL

Documento assinado eletronicamente por JANAINA LIMA COELHO MALTA, Mat. null-0 em 04/02/2022 às 11:47:28 e EDNALVA MARIA DE ARAUJO SILVA, Mat. 16863-7 em 04/02/2022 às 11:53:26.

humanoque serão inaugurados deacordo com oplanejamento daÁrea Técnica daSaúde da Criança.

Os itens foram solicitados de acordo com o levantamento realizado pela Coordenação Geral de atenção Primária, juntamente com as áreas técnicas interligadas, considerando a pouca ou a ausência de disponibilidade destes itens nas Unidades de Saúde ou no setor de almoxarifado da Secretária Municipal de Saúde do Município de Maceió. Ressalta-se que foi realizado o acréscimo de 20% (vinte por cento) no quantitativo estimado para o uso, considerando possíveis atendimentos ou ainda inaugurações de outras Unidades de Saúde. Deste modo estima-se que seja utilizado 80% (oitenta por cento) do quantitativo elencado, mantendo uma reserva técnica para situações citadas a cima.

Sumário

1010017 - 5800.75211.2021 - TR - AQUISIÇÃO DE MOBILIAS, EQUIPAMNETOS E INSUMOS PARA AS UNIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA DE MACEIÓ.....1